



Jornal da

ASEAC

Distribuição gratuita

Informativo da Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

Aseac conclama CEDAE a se unir para extirpar os

Tentáculos dos poderosos

Extinto, finalmente, o processo de cisão que quase dividiu a CEDAE em seis companhias, os trabalhadores precisam se manter mobilizados e atentos ao que o presidente da ASEAC, Flávio Guedes, chamou de “tentáculos dos eventualmente poderosos”. Na sua opinião, o fim do processo de cisão contrariou os interesses de muitos “poderosos”. Em depoimento nesta edição, Flávio Guedes faz um histórico da luta e conclama todos os empregados da empresa, de peão a doutor, a se unirem para discutir a empresa, dentro de casa, e traçar um novo rumo para ela. Segundo ele, os fatos que demonstram que “a instalação da CPI da CEDAE é bem vinda, saudável, urgente e necessária, para mostrar que a CEDAE é perfeitamente viável”, fato já comprovado pela revista Exame 2005, que aponta a CEDAE na sua lista de “Melhores e Maiores”, em pesquisa divulgada na edição de julho de 2005.



páginas 8 a 12

“A instalação da CPI da CEDAE é bem vinda, saudável, urgente e necessária”

Flávio Guedes
Presidente da ASEAC

CEDAE é reconhecida por excelência em balanço social

A CEDAE conquistou o Prêmio Mário Henrique Simonsen – Excelência em Balanço Social, concedido pela Fundação Nacional de Apoio Gerencial (Funager), que distingue empresas públicas e privadas que geram renda e empregos e solucionam necessidades de consumo da população ao ampliarem suas atribuições para atender áreas de saúde, meio ambiente, cultura, esportes, lazer e de apoio aos portadores de deficiência. A premiação da CEDAE foi decidida por uma comissão avaliadora composta por representantes da Funager, Brasil Rotário e Associação Comercial do Rio de Janeiro, que examinou balanços sociais inscritos numa seleção que englobou todos os balanços empresariais publicados na imprensa brasileira, referentes ao exercício de 2004, em que se observava atividade social claramente desenvolvida.

Garotinho suspende cisão da CEDAE



O ex-governador e atual secretário Anthony Garotinho mandou extinguir o processo de cisão instalado na CEDAE por ordem da diretoria da empresa e do presidente do Conselho de Administração da companhia.

páginas 4 a 7



ASEAC comemora 25 anos de fundação com vitória sobre a “cisão”!



MOBILIZAÇÃO

PRECE

Orar e vigiar!

As entidades de classe que representam os empregados da CEDAE voltaram a manifestar sua preocupação com a falta de acesso a informações sobre o desempenho dos Planos de Previdência Complementar dos Empregados da Companhia – PRECE – e acerca das decisões que vêm sendo tomadas na esfera administrativa, devido aos sucessivos adiamentos das eleições dos novos representantes dos trabalhadores nos Conselhos Fiscal e Deliberativo da entidade, cuja data está vencida há dois anos, e a extinção do cargo de diretor eleito.

A posse dos respectivos conselheiros deveria ter ocorrido em 2003, quando estava

prevista a eleição dos primeiros representantes dos empregados nos dois conselhos, com renovação dois anos depois, agora em 2005, mas não ocorreu. Os trabalhadores estão preocupados com esses sucessivos adiamentos e questionam, também, outras atitudes da direção da PRECE, tais como os motivos que vêm retardando a adesão dos novos concursa-

dos ao plano de previdência.

Os trabalhadores e as entidades querem saber como ficará, no futuro, a “jóia” desses associados e quem arcará com o pagamento desses valores, cuja despesa poderia ser evitada, já que o ingresso imediato na PRECE isentaria esses beneficiários do pagamento de jóia. Outra dúvida é “em caso de haver sinistro, como ficaria a situação deles?”. Além disso, todos os atrasos nos pagamentos terão de ser cobertos para compor as reservas do fundo de pensão, que deveria estar sendo “oxigenado” com as contribuições desses novos empregados, o que poderia ajudar a reduzir o déficit do plano de previdência e melhorar seu desempenho.

“O Fundo de Pensão deveria estar sendo oxigenado com as contribuições dos novos empregados”

Ilustração digital de João Paulo Sampaio





Os trabalhadores estão preocupados também com o déficit do plano "PRECE I". A direção da entidade havia informado em documento oficial que esse déficit era da ordem de R\$ 139 milhões, quando se sabe que, na verdade, ele chega a um total de R\$ 236 milhões. "O que estaria contribuindo para o aumento desse déficit", questionam os trabalhadores, indagando também sobre a possibilidade de o déficit estar sendo gerado por operações questionáveis, do ponto de vista técnico, feitas com instituições "quebradas", como o Banco Santos, ou pouco confiáveis, como o Via Park.

Quando o relatório anual de 2004 informa em sua página número 30 que a dívida da CEDAE para com a PRECE já chegava a R\$ 615.711.890,44, em 31/12/04, ou seja, mais de 40% de todos os recursos do nosso fundo de pensão, é porque já está na hora de esclarecer esta dívida. O relatório é claro e informa que o déficit é técnico e que, portanto, cabe à sua mantenedora (CEDAE) este encargo e não o

aumento das contribuições em mais de 6%, como sugerido na página número 28 do mesmo documento. Não admitimos a idéia de mais um aumento.

Queremos deixar claro que os participantes do nosso plano de previdência e as entidades consideram inaceitáveis a redução do valor do saldo na poupança PRECE, diretamente no contra-cheque dos trabalhadores e sem nenhuma explicação prévia. "Qual a justificativa para isso", questionam. A única informação dada pela direção da PRECE foi de que o desconto é relativo ao imposto de renda sobre o valor bruto da poupança.

Diante dessa sucessão de problemas e dos sucessivos adiamentos das eleições de seus representantes nos Conselhos da PRECE, os trabalhadores querem que a direção da entidade defina com urgência uma data para o pleito. E pretendem solicitar à entidade uma gestão mais transparente, com participação e acompanhamento efetivos pelos associados.

Que futuro aguarda a PRECE?

Roquiran Miranda Lima*

Os participantes da PRECE vivem hoje um período de grande incerteza e ameaça com relação ao futuro de seu Plano de Previdência complementar. É oportuno, portanto, que procuremos respostas e soluções para fatos e notícias que vêm agravando este momento de singular inquietude.

A nossa previdência complementar tem se tornado cada vez menos transparente. E os fatos mais recentes devem ser analisados de maneira mais detalhada. Por exemplo: Os mandatos dos membros eleitos ou indicados dos **Conselhos Deliberativo e Fiscal** devem ser renovados em respeito ao *art. 16 da lei complementar nº 108, de 29/05/2001*. Na primeira investidura, os mandatos seriam a metade de quatro (04) anos e outra metade de dois (02) anos, para que a renovação não produzisse um conselho sem experiência (§ 1 e 2 do artigo 17 da mesma lei).

Além disso, a *lei complementar nº 109, de 29/05 de 2001*, determina, em seu *artigo nº 16*, que os planos devem obrigatoriamente ser oferecidos a todos. Portanto, é inconcebível, do ponto de vista legal, a interposição de obstáculos e sofismas para não se receber os novos funcionários, principalmente porque existe a previsão de **jóia** para os que não aderirem no primeiro momento. Nos assusta que se lance mão até do direito administrativo para tal proposta.

Outro ponto importante é o fato de que a **Poupança PRECE** impressa no contracheque deve informar tão somente o resultado das contribuições dos participantes, acrescidas do **IPC** (ou qualquer outro índice determinado pelo órgão regulador) mais **6%**

ao ano. Ou seja, esses valores serão sempre crescentes. Não tem qualquer embasamento legal os conceitos alegados de poupança bruta ou líquida, porque a liquidez somente se faz no momento do resgate, se ele vier a acontecer, e somente então se aplicará a legislação tributária vigente, assim como possíveis deduções específicas (*artigo nº 14 e 15 com seus incisos e parágrafos, da LC nº 109*). Portanto deve ser corrigida sem demora a informação da **Poupança PRECE**.

Por outro lado, o **déficit** deve ser informado e solucionado por plano de benefício, uma vez que as reservas de **Prece I e Prece II** não podem ser confundidas e nem usadas para disfarçar o quarto ano seguido de mau desempenho (*artigo 22 da LC 109*), que coloca em risco a nossa instituição de previdência (*artigo 44 da LC 109*). E não podemos permitir que o déficit técnico seja classificado como atuarial, uma vez que não houve qualquer mudança no quadro de participantes que influenciasse no plano. Não podemos ser chamados a pagar pelo erro de quem gerenciou.

Além disso, a PRECE traz, desde a sua fundação, erros que vão da discriminação a participantes do sexo feminino até o desconhecimento e desrespeito ao trabalho insalubre, que é inerente à natureza do nosso trabalho.

É fácil, portanto, concluir que o quadro resumido exposto acima nos apresenta um cenário de risco real, tanto do desempenho financeiro quanto do institucional.

E diante desses fatos, alguém será capaz de avaliar como ficará a situação real da PRECE?



Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 1004, Centro Rio de Janeiro - RJ
 Telefone: 2263-6240
 Telefax: 2253-7482
 E-mail: aseac@veloxmail.com.br
 Home Page: www.aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Flávio Guedes

Diretor Vice-Presidente
Pedro Evandro Ferreira

Diretor Administrativo
Jorge Haddad de Aquino

Diretor Financeiro
Maurício Abramant Guerbatin

Diretor de Comunicação
Maria de Fátima Guerbatin

Diretor Técnico
João Benedito Mello

Diretor Social
Marcio de Melo Rocha

Diretor Jurídico
Dylair Benigno dos Santos

Diretor Adjunto
Nelson Portugal

Conselho Diretor - 2004/2006

Repres. dos Advogados
Aloysio Gomes Feital Filho
Repres. dos Aposentados
Antonio Bastos de Oliveira
 José Rômulo de Melo
 Paulo C. S. Ripper Nogueira
Repres. dos Arquitetos
Tânia Mara Silva
Repres. dos Contadores
Sérgio Pereira
Repres. dos Economistas
João A. Vasco Rodrigues
Repres. dos Engenheiros
Adriano Gama Alves
 Armando Costa Vieira Jr.
 Carlos Henrique Pereira
 José Roberto da C. Dantas
 Mara R. K. K. S. Alô
 Sérgio Vieira F. Martins
Repres. dos Geólogos
Paulo Roberto da Cruz
Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Conselheiros Natos

Antônio Ignácio da Silveira
 Wainyr B. de Oliveira
 Emy Guimarães de Lemos
 João Carlos do R. Pinto
 Renato Lima do E. Santo
 Carlos Henrique Menezes
 Jaime Dutra Noronha
 Dario Mondego
 Paulino Cabral da Silva

Conselho Fiscal

Jaime Dutra Noronha
 Ricardo Afonso das N. Leitão
 Rita de Cássia dos Santos
 Márcio de Melo Rocha
 Gérson P. Lima Nascimento
 Jorge Rodrigues Leitão

Jornalista Responsável

Carlos Emmiliano Eleutério
 MTB: 12.524-RJ

Projeto Gráfico
J. Paulo Sampaio





O atual secretário e ex-governador Anthony Garotinho pôs um fim no processo de cisão que vinha sendo instalado na CEDAE por ordem da diretoria da empresa e do presidente do Conselho de Administração da Companhia para dividir a empresa em seis – uma para produção de água e cinco para distribuição.

Garotinho suspende cisão da CEDAE

Ex-governador restabelece a hierarquia no governo, demonstrando mais uma vez que respeita os Cedaeanos.

A decisão do ex-governador confirma o seu compromisso histórico com a CEDAE e o da Governadora Rosinha Garotinho, através da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), pelo documento datado de 09/06/05, assinado pelo presidente da Casa, Jorge Picciani, pelo líder do governo, deputado Noel de Carvalho, e pelo líder do PMDB, deputado Paulo Melo. No documento (ver fac simile), os três garantiram que a governadora, durante o seu governo, havia se comprometido a manter a CEDAE pública e fora do processo de cisão.

Mas para espanto geral dos trabalhadores e de suas entidades de classe, sindicatos e de políticos comprometidos com o saneamento público, a direção da empresa vinha insistin-

do em aprovar no Conselho de Administração da CEDAE a proposta de fatiar a empresa, apesar do compromisso da ALERJ e da governadora Rosinha Garotinho. Para isso, o Conselho de Administração da CEDAE foi convocado novamente por seu vice-presidente a participar, no último dia 07 de julho, de nova reunião para deliberar sobre o processo de cisão da CEDAE, com base no parágrafo 3º, do Art. 163, da Lei 6.404/76.

A insistência da direção da CEDAE em fazer a cisão foi um ato de total desobediência à governadora

A decisão foi considerada uma atitude de total desobediência à determinação da governadora e serviu de alerta aos trabalhadores, que rapidamente se mobilizaram contra a iniciativa. A reação foi a convocação imediata de uma greve geral no dia da reunião, em protesto contra desobediência à chefe do executivo fluminense, à ALERJ e em defesa da CEDAE pública, estadual e indivisível.

Os trabalhadores denunciaram o ato da Administração da companhia à ALERJ, tendo em vista que o documento continha a assinatura do chefe do legislativo fluminense, que também foi ignorada pelo vice-presidente do Conselho de Administração da CEDAE. As lideranças dos trabalhadores e das entidades de classe da área de saneamento pediram à ALERJ para acelerar o processo de instalação da CPI da CEDAE, que agora



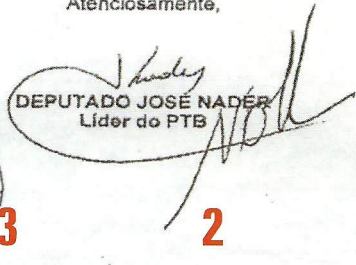



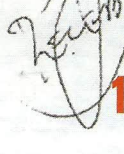
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ NADER
LÍDER DO PTB

Rio e Janeiro, 09 de junho de 2005.

Ao Deputado JORGE PICCIANI
DD. Presidente da ALERJ

Em reunião acontecida em seu gabinete no dia 07 de junho do corrente ano, onde se achavam presentes o Líder do Governo (Deputado Noel de Carvalho), o Líder do PMDB (Deputado Paulo Melo) e eu (Deputado José Nader), além de outros líderes. Foi colocado por V.Exa. que a Governadora do Estado (Rosinha Matheus) afirmou que "durante o seu governo a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, está fora do processo de cisão e que, em hipótese alguma, corre o risco de ser fatiada e privatizada" e, que este assunto foi abordado na reunião de lideranças desta Casa.

Atenciosamente,


 DEPUTADO JOSÉ NADER
 Líder do PTB

 **3**
 **2**
 **1**

1- Deputado Jorge Picciani (Presidente da ALERJ); 2 - Deputado Noel de Carvalho (Líder do Governo); 3 - Deputado Paulo Melo (Líder do PMDB)



Rosinha Garotinho se comprometeu a manter a CEDAE pública em seu governo

Por isso, a CPI da CEDAE é bem vinda, saudável, urgente e necessária” – disse o presidente da ASEAC, Flávio Guedes.

Rolo compressor

A pressão para tentar fatiar a CEDAE já vinha ocorrendo desde a gestão do ex-presidente Aluísio Meyer, quando foi iniciada a discussão em torno do Acordo Coletivo da categoria para 2005, provocando a imediata reação dos trabalhadores. O movimento de resistência se acentuou no Ato do dia 11/04/05, convocado pelo MOVIMENTO EM DEFESA DA CEDAE em frente ao prédio da Sacadura Cabral, depois que o Conselho de Administração convocou uma reunião para o dia 18 de maio, destinada a votar uma proposta de realização de estudos para a cisão da CEDAE.

Em 17 de maio, uma assembléia geral da categoria decidiu então pela paralisação no dia da reunião e promoveu uma grande manifestação, que culminou com uma passeata até a sede administrativa do governo do Estado, no prédio conhecido como “Banerjão”, na rua da Ajuda, no centro da cidade, onde o Conselho de Administração deveria se reunir, e com destino a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), para informar e cobrar compromisso dos parlamentares com a CEDAE pública.



ALERJ: aliada em todos os momentos de luta

aguarda somente a decisão do presidente da Casa, para investigar as razões dessa proposta de cisão e os motivos que vêm levando a empresa à atual crise, apesar dos dados positivos apresentados recentemente pela revista Exame. “A Companhia Esta-

dual de Águas e Esgotos (CEDAE), do Rio de Janeiro, ficou em 6º lugar no ranking das empresas prestadoras de serviços públicos que conseguiram reduzir mais prejuízos em 2004, em relação ao exercício anterior, informa a revista Exame de julho de 2005.





CISÃO EXTINTA

Contudo, o golpe foi ainda mais violento do que a ameaça: em vez de estudos, o presidente do Conselho mudou a pauta do encontro, aprovando a cisão definitiva da empresa, cuja proposta teria de ser ratificada em assembléia geral de acionistas, marcada para o dia 12 de julho seguinte, e depois submetida a ALERJ. Os trabalhadores reagiram, solicitando à ALERJ a convocação de uma CPI para investigar a proposta de cisão e a situação da empresa, mergulhada em um déficit crescente, embora tivesse recebido aportes de recursos significativos desde o início do atual governo (vide entrevista do Diretor Alcione Duarte, no último jornal da ASEAC).

O Conselho de Administração, em reunião no dia 7 de junho, porém, acatou o voto da governadora Rosinha Garotinho, que coincidiu com o do representante dos acionistas minoritários, retirando, por falta de documentos, o item 2 da pauta do Conselho, que propunha a cisão. A governadora determinou, então, que fossem realizados estudos para modernizar a CEDAE, comprometendo-se, através da ALERJ, que no seu governo a CEDAE não sofreria processo de cisão e muito menos de privatização.

As pressões voltaram, no entanto, no início de julho, com a nova convocação do Conselho, feita por seu vice-presidente, para o dia 07 de julho. Mesmo depois de convergirem os votos dos acionistas minoritários, representado pelo conselheiro Dario Mondego, e majoritário da CEDAE, sobre a inexistência de um projeto para a deliberação acerca da proposta do governo do Estado de cisão da companhia em seis empresas – uma de produção de água e tratamento de esgotos e cinco outras de distribuição e coleta de esgotos, estas possivelmente privatizadas – que provocou a suspensão do processo de cisão.

A proposta para votação da cisão chegou ao Conselho de Administração da Cedae através de um projeto que o secretário estadual de Meio Ambiente e vice-governador, Luiz Paulo Conde, chama de “projeto de reorganização da Cedae”. Mais uma vez, o único voto contrário na reunião do Conselho foi o do representante dos acionistas minoritários. O projeto foi

GOVERNADOR
GIAROTINHO 12
BENEDITA
VICE

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1998.

Caros Companheiros da CEDAE,

Na última terça-feira (06/10/98) fui procurado por funcionários da Companhia, pedindo-me que escrevesse ao Supremo Tribunal Federal manifestando minha opinião sobre a “Privatização da CEDAE”.

Mantendo minha palavra, aliás como sempre faço em minha vida, apelei ao Sr. Ministro Presidente do Supremo. Obtivemos sucesso: O leilão não aconteceu.

Esta luta não acabou.

Tenham certeza que novas tentativas serão feitas. Precisamos manter nossa união e apoio mútuo.

Aproveito a oportunidade e agradeço seu voto, renovando meu pedido para o 2º turno. De mãos dadas não nos separarão.

“ATÉ NOSSAS VITÓRIAS”

Luiz Paulo Conde
Vice-Governador

Tel.: 0800-23 00 12
Tel./Fax: 542-0421
Home Page: <http://www.garotinho.com.br>

Documento histórico do compromisso do ex-governador Garotinho com a CEDAE

concebido com apoio da Fundação Getúlio Vargas, mas segundo o conselheiro Dario Mondego não foi apresentado aos conselheiros e nem tão pouco os documentos necessários para exame de seu conteúdo e consistência. Em sua última reunião (13 de julho), os representantes do Conselho Fiscal decidiram não aprovar a proposta, pedindo mais tempo para examinar o assunto, e requisitaram novos documentos para que pudessem basear seu voto. Os conselheiros queriam informações sobre o projeto elaborado pela FGV que, segundo Mondego, foi “fechado a sete chaves” pela diretoria da CEDAE, inclusive para os membros do Conselho que têm a obrigação de aprovar as principais decisões da direção da empresa, subordinada ao Conselho.

Garotinho honra sua promessa de campanha

De positivo ficou o compromisso do ex-governador Garotinho, após reunião com os representantes de todos os sindicatos e associações representativas do Saneamento, de que a proposta do vice-governador, Luís

Paulo Conde, de dividir a CEDAE em seis empresas não vai se concretizar. No entanto, ele deixou claro que antes de ouvir os sindicalistas e as lideranças de classe, estava convencido de que a cisão seria uma boa medida para a CEDAE, mas depois de tomar conhecimento dos argumentos e clamor dos trabalhadores, através de seus representantes, prometeu suspender o processo.

O ex-governador chamou a atenção para o projeto do governo federal em tramitação em Brasília, criando o novo marco regulatório para o setor de saneamento, cuja tendência seria deixar com os municípios a titularidade pelos serviços. Se isso acontecer, ele acredita que a decisão sobre a gestão dos serviços poderá passar a ser exclusiva dos municípios, que poderão assumir os serviços ou até privatizá-los. Daí a necessidade de a CEDAE se resguardar, buscando já sua modernização e melhoria da qualidade dos serviços, para fazer frente a eventuais pressões nesse sentido – modernização que pretendemos fazer em conjunto com o Governo.



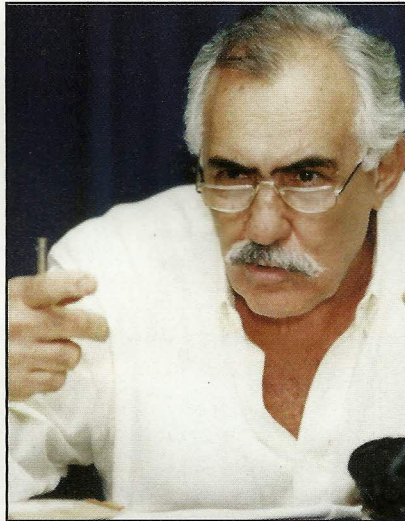
Questão de justiça

Luta dos minoritários ajudou a impedir a cisão da CEDAE

O representante dos Acionistas Minoritários no Conselho de Administração da CEDAE, Dario Mondego, se manteve firme na queda de braços, inicialmente com o governo do Estado e depois com a direção da CEDAE, para garantir a manutenção da companhia pública, estadual, indivisível e parceira dos municípios. Em seu voto na 452ª Reunião Ordinária do Conselho, ocorrida no dia 7 de julho, e dirigida pelo vice-presidente do conselho, Dario Mondego reafirmou os problemas absurdos que a empresa continua enfrentando, deixando claro que a CEDAE precisa de uma gestão de qualidade e de modernização, sem interferências externas indevidas, e não de cisão que, segundo ele, “escamoteia as atuais ineficiências”.

Abrindo seu voto dado na última reunião do Conselho, ele lembrou que os membros do Conselho assistiram a uma intervenção de valores que disse não saber se era amorosismo que conduzia a erros crassos, subestimação aos membros do colegiado ou autocracia repudiável, diante da hierarquia que deve prevalecer entre os poderes de decisão e de execução. “O Conselho é a administração superior da CEDAE. Dele emanam as deliberações para que a Diretoria Executiva dê-lhes o prosseguimento cabível. Cabe à Diretoria Executiva submeter os documentos necessários a exame em prazo compatível para que, se for o caso, a aprovação pelo Conselho de medidas se reportem a tais documentos”.

Mondego ressaltou que a transparência não tem acontecido no caso da pretensa cisão da CEDAE, alvo do item 2 da pauta do Conselho. “Ao contrário, queriam que nos submetêssemos a um agendamento no gabinete do diretor administrativo da CEDAE para acessar o projeto, caso houvesse interesse! A alegação foi de que se



tratava de fatos relevantes e que, por recomendação da CVM, tais documentos que integram o projeto de cisão não poderiam ser públicos”, disse, lembrando ser temerário responsabilizar-se pela aprovação de projeto desconhecido.

Segundo Dario Mondego, o que se propunha era a submissão ao tom da direção da CEDAE: “Estava ali, se instalando, à revelia do Conselho, a ‘política de fatos relevantes’ para aplicação aos donos da CEDAE – os acionistas minoritários e majoritários. Mas aos ocupantes de cargo de chefia da empresa, não foi aplicado tal impedimento. Além do mais, nunca transitou neste Conselho para deliberação a proposta de ‘política de fatos relevantes’, que é exigência da legislação e da CVM”, atacou, caracterizando o fato como piada de mau gosto.

“Citei uma porção de problemas absurdos e que deveriam ser alvo das maiores preocupações e não estão sendo”, afirmou Dario, voltando à tona com o ônus da divisão da Cedae em seis: “Ora, é visível sem muito esforço que as empresas distribuidoras levarão para si a tesouraria, isto é, arrecadarão o consumo de água da rede já instalada, ao passo que a empresa produtora ficará com os custos e os altíssimos riscos da produção”, diante da assustadora

queda de qualidade da água bruta.

Para Dario, o problema da CEDAE hoje não está na distribuição: “Não há caos no abastecimento nem mesmo nos bairros que surgiram de forma desordenada, sem infra-estrutura, como a Barra, Recreio e Baixada. Quanto à coleta de esgotos e seu destino final, já há o emissário de Ipanema, e está em andamento o emissário da Barra. O PDGB não terá soluções para suas dificuldades com essa pretensa cisão da CEDAE”, advertiu.

Dario lembrou ainda que a empresa produtora viverá sob duas “bombas-relógio”: “No trecho do túnel Guandu-Lameirão, há indícios fortes de que o tipo de rocha que absorve a água estaria se desprendendo, obstruindo o túnel e determinando a diminuição da sua vazão. Isto pode afetar o abastecimento de milhões de pessoas assistidas pelo sistema Guandu”, explicou, lembrando que há ainda risco de erosão no Túnel Guandu, o que poderia tragar muitas residências no entorno da Rua Albano, em Jacarepaguá.

O representante dos acionistas minoritários voltou a perguntar quem pagará a conta da água com a cisão e lembrou que não será verdade plena que a produtora terá arrecadação pela venda da água às distribuidoras: “A Águas de Niterói, aquela empresa que assumiu a distribuição em Niterói, sem julgamento de mérito, desmantela essa sustentação. Ela paga o que quer desde sua instalação no município, e não o que deve, em face de custos reais da produção. Isso sem falar nas relações comerciais que às vezes se complicam”. Dario demonstrou sua preocupação com a Cedae, se a companhia tiver de depender disso para a viabilidade da produção.

Para encerrar, o representante dos minoritários ressaltou que se a proposta de cisão vingar ainda serão negadas garantias em contratos diversos vigentes, firmados pela Cedae, como o balanço da empresa aprovado com ressalvas no Conselho e na Assembléia em 31 de dezembro de 2004.

ASEAC ALERTA

Presidente conclama CEDAE a se unir para extirpar os

Tentáculos dos poderosos

“Nós queremos agradecer aqueles que ajudaram na luta, com ações e/ou mobilizações, não tiveram medo, foram revolucionários. Queremos, também, alertar aqueles que se mantiveram, no mínimo à margem da luta, foram reacionários, ou omissos, acreditaram no canto da sereia, procuraram uma mesa e se esconderam embaixo, recolhendo os pés para ninguém pisar em cima. Ainda há na CEDAE mesas com as marcas daqueles que ali se deitaram. Queremos alertá-los, a todos, os revolucionários e os reacionários, que o processo é constante, de destruição (pelos reacionários) e reformulação (pelos revolucionários), vamos escolher o lado correto, aquele que no futuro seja motivo de orgulho para a nossa categoria e nossos filhos. Esperamos que todos os trabalhadores da CEDAE se posicionem, também, como revolucionários.”

Extinto, finalmente, o processo de cisão que quase dividiu a CEDAE

em seis companhias – uma de produção e cinco de distribuição – os trabalhadores precisam se manter mobilizados e ficar atentos ao que o presidente da ASEAC, Flávio Guedes, chamou de “tentáculos dos eventualmente poderosos”. Na sua opinião, quando o ex-governador Garotinho determinou o fim do processo de cisão, atendendo ao clamor dos trabalhadores, os interesses de muitos “poderosos” foram contrariados. Nesse depoimento, Flávio Guedes faz um histórico da luta e conclama todos os empregados da empresa, de peão a doutor, a se unirem para discutir a empresa, dentro de casa, e trazer um novo rumo para ela. Para ele, os fatos mais recentes demonstram que *“a instalação da CPI da CEDAE é bem vinda, saudável, urgente e necessária. É ela que vai mostrar que a CEDAE é per-*

feitamente viável”, fato já comprovado pela revista Exame (julho de 2005).

FIM DO PROCESSO DE CISÃO DA EMPRESA NÃO SIGNIFICA QUE A LUTA ACABOU. É AGORA QUE ELA COMEÇA

O MOVIMENTO EM DEFESA DA CEDAE começou com a questão da CAC, pouco antes de o plano de saúde ser terceirizado. Ele foi formado pelo Sindicato de Campos, Sindicato dos Administradores e Sindicato dos Engenheiros e pela ASTEC, ASEAC, ASCED, ASAPAE e AFTAE, além de forças políticas que militam dentro da CEDAE. Nos unimos para

O fim da cisão foi fruto de um movimento das entidades do setor, que se uniram em torno de uma estratégia comum para defender a CEDAE



brigar contra a terceirização da CAC. Infelizmente não conseguimos impedir que a CAC fosse entregue à Sulamérica. Hoje a CAC não está mais terceirizada, pois o próprio plano de saúde se convenceu do equívoco. O movimento surgiu também para defesa da PRECE, devido a necessidade de se observar melhor o plano de previdência. O movimento continua existindo, para defesa da CAC e PRECE, pois nós não estamos satisfeitos com o que está acontecendo com a nossa Caixa e nossa previdência; E no meio das discussões em torno da fundação da Associação em Defesa da PRECE e da CAC (APP), nós tivemos o advento da “cisão”, da qual tomamos conhecimento através de um documento que “vazou” da administração da empresa e tomou conta da base de trabalhadores. Em função disso, esse movimento formado pelas entidades, formou um fórum para discutir a estratégia e enfrentar essa decisão da direção da companhia, de dividir a CEDAE em uma empresa de produção de água, que ficaria nas mãos do Estado, e cinco empresas de distribuição de água, que possivelmente seriam entregues à

iniciativa privada, com vários departamentos: Barra da Tijuca com parte da Baixada, Zona Norte com parte de São Gonçalo, e daí por diante. Fizemos, então, uma proposta de convocação de um grande Ato no dia 11 de maio, em frente à sede da Sacadura Cabral, para tratar do assunto. Na ocasião, tivemos dentro da empresa alguns setores contrários a esse Ato, inclusive algumas resistências com argumentos frágeis, como por exemplo: era um movimento de Engenheiros e etc... que a própria comunidade cedaeana tratou de defenestrá-los e rebocá-los para o Ato, que foi realizado, com a presença de vários parlamentares e 2.200 pessoas, aproximadamente, todos trabalhadores da CEDAE. Desse movimento, nós evoluímos para uma grande passeata no dia 18 de maio, com aproximadamente quatro mil trabalhadores, que preconizava a ida ao “Banerjão”, na rua da Ajuda, para tentar evitar que o Conselho de Administração da empresa desse aval ao processo de cisão. Dali fomos para a ALERJ, onde fizemos um trabalho junto aos deputados para evitar que

esse processo “passasse”, depois, na ALERJ, caso chegasse lá. Por ser uma empresa pública, era preciso observar a lei 8.666 (lei de licitações), necessidade de audiências públicas e outros instrumentos que não estavam sendo respeitados. Mesmo assim, o processo continuou, mas houve falhas na condu-



Os trabalhadores lutaram de forma incansável para evitar a cisão



ASEAC ALERTA



ção em relação à aprovação das contas pelo Conselho Fiscal da Empresa e em função de não ter passado pela diretoria executiva, e a polêmica continuou. Mais tarde o então presidente da CEDAE, Aluizio Meyer, confirmou em documento a todos os trabalhadores e em entrevista ao jornal da ASEAC, a existência de estudos para a cisão, em função do entendimento do governo de que a proposta de lei do marco regulatório do governo federal iria desaguar na municipalização. Que se torna cada dia mais distante, diante da agonia do governo federal frente aos numerosos casos de corrupção em sua administração e base aliada.

MOBILIZAÇÃO MARCOU A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES, ATRAVÉS DE SUAS ENTIDADES

Nesse processo de cisão, nós conseguimos unificar ainda mais os trabalhadores. Fizemos uma marcha ao Palácio Guanabara no dia 30 de maio. Essa marcha tinha por objetivo conversar com a governadora Rosinha Garotinho. Mobilizamos cerca de quatro mil trabalhadores, e lá fomos recebidos pelo senhor Ricardo Bittar, que nos garantiu que o item dois da pauta do Conselho seria retirado. E foi realmente, o processo não

“Precisamos identificar e marcar na testa quem são os reacionários que impedem a construção de uma nova CEDAE. Agora é hora de união para construir”

aconteceu naquele momento, mas depois eles voltaram à carga. Nesse ínterim, o presidente da CEDAE foi exonerado, logo depois da entrevista que deu ao jornal da ASEAC, não tivemos nem o prazer de perguntar se ele gostou ou não da matéria. Continuamos trabalhando contra o processo de cisão. Sabíamos que estávamos desagradando os “poderosos”. Mesmo porque, esse processo de cisão não foi feito da cabeça de poucas pessoas, mas por um grupamento poderoso, que deve ter vários tentáculos dentro da CEDAE, visto a riqueza de detalhes utilizados no CD Institucional entregue ao Sr. Bittar, cujo conteúdo preconizava a demissão de 69% dos cedaeanos.. Os sindicatos de Campos, Engenheiros e Administradores, além da ASAPAE, ASTEC, ASCED, AFTAE e ASEAC, que formam o MOVIMENTO EM DEFESA DA CEDAE, conseguiram trazer todas as outras entidades e forças que se juntaram à luta. E continuamos o processo de resistência. Mais uma vez, o processo de cisão veio à tona, mesmo com documento afirmando que nesse governo a CEDAE não seria privatizada em hipótese alguma e nem sofreria cisão. O documento era assinado pelo presidente da ALERJ, Jorge Picciani (foi levado a ele pelo deputado José Nader); pelos deputados Noel de Carvalho, líder do governo; e o Deputado Paulo Mello, líder do PMDB, que referendavam a decisão do Governadora Rosinha.

GAROTINHO OUVI OS TRABALHADORES E SUSPENDE O PROCESSO DE CISÃO

Mais recentemente, tivemos uma Assembléia Geral, com todas as entidades, que **decidiram** que a paralisação seria feita em três pontos: no Guandu, pelo Sintsama e entidades do Rio; Imunana/Laranjal, pelo Sindicato de Niterói e entidades locais; e em Macaé, pelo Sindicato de Campos. Por solicitação do Ex-Governador todas as entidades foram convida-





Os trabalhadores da CEDAE provocaram uma verdadeira tsunami

das para uma reunião no palácio com ele, o Secretário, para o equacionamento do assunto cisão, que segundo ele estava acabado. A reunião com o ex-governador foi feita no dia 12 de julho, no Palácio Guanabara, junto com todas as entidades. Nesse encontro, ele foi taxativo: “*não faria o processo de cisão, porque os trabalhadores não querem*”. O processo de cisão, para ele, poderia até ser interessante para salvar a CEDAE do marco regulatório do governo federal, mas se os trabalhadores não querem, ele não faria o processo, estava extinto. E disse mais: já havia falado com a direção da CEDAE para acabar com o processo. Nós acreditamos nele, e hoje afirmamos com a maior tranquilidade que a cisão está extinta, por ordem do secretário Anthony Garotinho. Extinta a cisão, voltou

à tona o Acordo Coletivo também por ele resolvido no dia 20: Garantia do emprego, aumento do INPC (6,61%) e a CEDAE integral sem cisão. Assunto resolvido e finalizado, bastando os detalhes finais para a assinatura do Acordo entre a direção da CEDAE e os Sindicatos signatários do Acordo.

EXTINTA A CISÃO, É PRECISO FICAR ALERTA PARA EVITAR “OS TENTÁCULOS DOS PODEROSOS”

Todas as vezes que o nosso movimento defendeu a CAC e a CEDAE contra a cisão, não podemos esquecer, nós contrariamos os interesses dos “poderosos”. A decisão de Garotinho de atender ao clamor dos trabalhadores e evitar a

cisão, demonstrou que ele mantém o respeito que sempre teve por nós. Do nosso lado, em momento nenhum fomos virulentos com ele ou com a governadora Rosinha Garotinho. Se hoje a CEDAE é pública, devemos isso ao Garotinho, desde a época do governo Marcello Alencar. Mas nós contrariamos outras pessoas, grupos de dentro da CEDAE e outros periféricos à empresa, que têm seus tentáculos dentro dela. Quais interesses, não sabemos, mas que contrariamos, isso nós fizemos. E como presidente da ASEAC e engenheiro, sinto que alguns desses setores reacionários, que estão sob influência desses grupamentos que queriam a cisão da CEDAE, ou seja, queriam a “caixa registradora”, o fluxo de caixa dentro da iniciativa privada, continuam atuando com seus tentáculos, fazendo pressão sobre as entidades que os derrotaram. O fim da



“ Devemos nos unir para discutir a CEDAE todo dia, sejamos doutores ou peões”



ASEAC ALERTA

cisão causou uma certa frustração, uma certa ansiedade e um certo desconforto neles. E por isso, temos recebido alguns ataques, até mesmo na base dos trabalhadores. Já ouvi ataques até de companheiros nossos, que tenho certeza, estão sendo coordenados por esses grupamentos reacionários. Por isso, é preciso alertar os trabalhadores da CEDAE, principalmente os gerentes, para que façam um intercâmbio cada vez maior com os trabalhadores; que se sentem com eles, *“papo de gerente e trabalhador”*, e conversem sobre o destino da CEDAE, sobre como vamos potencializar essa empresa, a melhor maneira para equacionar os problemas, que não são poucos. Devemos aumentar a *“intimidade profissional”*, a *“inteligência coletiva”*, porque na hora em que acaba o processo de cisão, existe um vácuo, que só pode e deve ser ocupado pelos trabalhadores. Por isso, essa atitude é primordial. Vamos fazer o *“Bom Dia Trabalhador”* com os empregados, para discutir como vamos barrar os tentáculos desses *“poderosos”* que estão, agora, tentando atingir pessoas de bem. Por isso eu peço que os gerentes, os trabalhadores em geral, prestem atenção às informações que estão recebendo e receberão no dia a dia. Tem chegado para mim acusações de que existem trabalhadores a favor da cisão. Ou seja, que esses trabalhadores estariam subordinados a esses grupos que só se interessam em aniquilar a CEDAE. Se tivermos alguns desses reacionários, sejam peões ou doutores, ativos ou aposentados, nós temos de saber quem são. Não precisamos de reacionários, mas sim de revolucionários, de pessoas que vençam a inércia e mostrem que a CEDAE é uma grande empresa. *Temos de descobrir e marcar na testa quem são os reacionários que impedem a construção de uma nova CEDAE*; agora é hora de reestruturar a empresa, com a participação de todo o conjunto de trabalhadores. Esta é a segunda chance que temos, a primeira foi quando nos livramos da privatização, com ajuda

de Garotinho. **O projeto da cisão foi derrotado. Aqueles que o representavam e/ou estavam a ele subordinados devem estar com a palma da mão amarela, pois com certeza, foram eles os responsáveis pelo forte cheiro que na ocasião sentimos no ar.**

O INIMIGO ESTÁ À ESPREITA DENTRO DA PRÓPRIA CEDAE, E NÃO NAS NOSSAS FILEIRAS

Se nós tivermos que procurar inimigos, não vai ser dentro das fileiras que lutaram contra a cisão, que sobem no caminhão de som e estão brigando por uma CEDAE

“Queremos alertar a todos – revolucionários e reacionários – que o processo é constante, de destruição (pelos reacionários) e reformulação (pelos revolucionários). Vamos escolher o lado correto, aquele que seja motivo de orgulho para a categoria e para nossos filhos”

forte e reformulada. A luta política não vai se dar em 2005, possivelmente em 2006. Nós fomos revolucionários nesse processo de cisão, e na *“Tsunami”* que o trabalhador criou. Nós arrastamos tudo, inclusive caiu um presidente da CEDAE. Fomos ao governador e ele, em respeito ao trabalhador, acabou com a cisão. Nós vencemos de novo, mas os *“tentáculos dos poderosos”* que foram inicialmente neutralizados, permanecem, ainda dentro da CEDAE, temos certeza de que vão tentar nos atacar, como já começaram a fazer. Afinal, hoje há processos na justiça e na polícia contra o Presidente e o Vice-Presidente da ASEAC, patrocinados pela CEDAE e pela PRECE. O Presidente foi transferido para o interior de modo intempestivo, contrariando todas as regras vigentes, dentro da empresa, inclusive com ameaça de demissão. Existe um ditado que diz que *“não se bate em cachorro morto”*, nós não estamos mortos, e vamos dar muito trabalho ainda. Principalmente na questão da proteção das instituições da CEDAE, como CAC e PRECE, que nos pertencem, assim como a própria CEDAE, e não serão aqueles comprometidos e/ou subordinados aos poderosos, e com a marca na testa que darão as cartas nesse processo de reformulação.



LINDBERG FARIAS

Prefeito de Nova Iguaçu

Município quer MAIS DIÁLOGO

Prefeito diz que direção da CEDAE é autoritária e afirma que a empresa não pode privatizar a distribuição sem ouvir os municípios

A decisão do governo do Estado de propor a cisão da CEDAE em seis empresas – uma de produção e cinco de distribuição de água – o que poderia, inclusive, possibilitar, a privatização da companhia, deixou sobressaltado o prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias. Não pelo mérito da iniciativa, já que a dele não é diferente, mas porque ele acha que não está havendo transparência no processo e entende que o governo do Estado não pode tomar uma decisão dessas – principalmente, privatizar – sem ouvir os municípios. Especialmente Nova Iguaçu, um dos principais da Baixada Fluminense, que, no momento, realiza um

estudo para decidir os rumos que vai dar aos serviços de saneamento locais. O clima é de vigilância total: Lindberg condena tal fatiamento e diz que a CEDAE não pode privatizar a distribuição sem consulta prévia às prefeituras e critica ainda a divisão do ônus e do bônus do processo. Uma das alternativas para resolução dos problemas de saneamento da Baixada Fluminense, segundo ele, seria a criação de um consórcio municipal. O prefeito de Nova Iguaçu reclama da qualidade dos serviços e, também, da falta de cobertura de serviços de esgotamento sanitário. Mas o próprio estudo encomendado pelo prefeito poderá surpreendê-lo, já que certamente vai revelar que a CEDAE fornece pelo menos o dobro do volume de água que a população do município precisa, se for

tomada por base, por exemplo, a quantidade necessária definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de 200 litros/dia por pessoa. Além disso, a questão do esgoto também é discutível, uma vez que a coleta na baixada Fluminense é de responsabilidade dos municípios. A CEDAE não presta esse serviço, cuja taxa é cobrada no IPTU. Nesta entrevista exclusiva ao Jornal da Aseac, o prefeito Lindberg Farias reclama da falta de mais diálogo da direção da CEDAE com os municípios e detalha a sua visão acerca de toda a questão do saneamento, bem diferente daquela demonstrada na época da privatização do Marcelo Alencar, hoje seu aliado na Prefeitura de Nova Iguaçu, numa clara e inadequada mudança de **postura**, ou seria de **pose**?

Jornal da Aseac - O senhor elegeu o Saneamento básico como prioridade no seu governo, tendo em vista que menos de 5% da região da Baixada têm rede de esgoto, e encomendou um estudo à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades, para avaliar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Já ficou pronto?

Lindberg Farias - O diagnóstico ainda não ficou pronto. Estamos em fase de montagem da equipe e temos a previsão de concluir este trabalho em dezembro de 2005.

JA - Mas na sua visão, qual é a realidade de Nova Iguaçu mais detalhadamente?

Lindberg Farias - Embora o trabalho não tenha ficado pronto, nós temos acompanhado de perto a realidade dos bairros, onde assistimos à dureza que é conviver com valões a céu aberto, ratos, doenças

infecto-contagiosas, pessoas tendo que pisar na lama e os ônibus não podendo circular por causa da deficiência nos serviços de saneamento.

JA - Quais são as expectativas diante do diagnóstico?

Lindberg Farias - A nossa expectativa é que o diagnóstico apresente soluções no que se refere à modelagem dos serviços de saneamento. Nós desejamos que essas informações contribuam para a elaboração de um Plano Diretor de Saneamento capaz de orientar os investimentos públicos, solucionando os problemas da cidade.

JA - O senhor se queixa que a CEDAE não investe em saneamento básico nem amplia a rede de abastecimento de água. De acordo com o senhor, há mais de 15 anos a companhia não faz investimentos na região e perde 45% da água que capta e trata. É essa a visão?

FOTO: AGÊNCIA GLOBO



LINDBERG FARIAS

Prefeito de Nova Iguaçu

Lindberg Farias - O modelo de prestação dos serviços de saneamento é injusto. Há várias captações de água na cidade de Nova Iguaçu – o Rio Guandu é a principal fonte de abastecimento do Rio – e a cidade sofre com a prestação irregular deste serviço. A água é um bem humano fundamental, não há como aceitar que 45% da nossa população estejam privados deste serviço. Este cenário precisa ser mudado, água é um direito de todos, e no meu governo é condição indispensável para ampliação da qualidade de vida da população.

JA - Mas nem por isso o senhor é a favor do modelo proposto pelo governo do Estado que pretende dividir a CEDAE em seis empresas: uma de produção de água e tratamento de esgotos e cinco outras de distribuição e coleta de esgoto, que deverão ser entregues aos municípios e, possivelmente, privatizadas.

Lindberg Farias - A CEDAE está cometendo um grande erro. Ela não pode privatizar a distribuição sem antes consultar as prefeituras. Sem a concordância das administrações municipais esse processo se revela injusto, pois as cidades terão pouca ou quase nenhuma margem de manobra na definição e planejamento dos serviços. Não consigo entender como uma empresa pública produz e repassa a inici-

ativa privada para distribuição, para a primeira o ônus, para a segunda o bônus. Para a população o resultado pode ser danoso.

JA - O que o senhor condena na proposta do governo do Estado?

Lindberg Farias - Penso que, por exemplo, colocar a Baixada Fluminense juntamente com a Barra da Tijuca na administração da distribuição de água é antes de tudo manter a desigualdade histórica na prestação desse serviço. É líquido e certo que a Barra terá prioridade na empresa – eu e os prefeitos da Baixada Fluminense absolutamente discordamos disso.

JA - O setor de saneamento não é uma área muito delicada do ponto de vista social para se admitir a privatização como o Estado pretende?

Lindberg Farias - Para os prefeitos da Baixada Fluminense essa situação revela o caráter autoritário e centralizador da direção da CEDAE, que pouco nos chama para o diálogo e para negociação das políticas realizadas pela empresa. O abandono em que estão as prefeituras, e a ausência de um plano de investimentos e de parcerias com as administrações municipais são alguns dos aspectos que nos deixam absolutamente resistentes ao modelo de gestão da CEDAE.



JA - O senhor não acha que a sociedade precisa ser ouvida para saber o futuro da água, através de um plebiscito?

Lindberg Farias - Estou convencido de que a sociedade deve participar desse processo de forma intensa. Em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense, transformamos essa temática no eixo central da Conferência das Cidades. Queremos fazer a partir desse tema uma ampla mobilização social, colocando isso na agenda do poder público e de todos os agentes sociais da cidade.

JA - Qual é a sua proposta para Nova Iguaçu: criar uma companhia para administrar o serviço no município (distribuição de água)?

Lindberg Farias - Em Nova Iguaçu estamos discutindo várias alternativas de modelagem para os serviços de saneamento. Não há ainda uma definição de nossa parte. O Acordo de Cooperação em parceria com o Ministério das Cidades vai indicar alguns caminhos que serão em breve apresentados à sociedade iguaçuana.

JA - Como presidente da Associação de Prefeitos da Baixada Fluminense o

Foto: Arquivo



“A CEDAE está cometendo um grave erro. Ela não pode privatizar a distribuição sem antes consultar as prefeituras”



Fotos: Arquivo



“É inevitável que as prefeituras passem a ter um comportamento mais pró-ativo. A discussão da titularidade vai acelerar isso”



senhor acredita que outros municípios deveriam tomar a mesma posição?

Lindberg Farias - A água é o petróleo da Baixada Fluminense. Nós, prefeitos, estamos nos mobilizando e mobilizando a população como um todo para formarmos uma coluna, ou até mesmo uma brigada contra o valão a céu aberto. As nossas ações na área de saneamento estarão consubstanciadas numa ampla reforma sanitária. Vamos transformar a cidade de Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense em espaços saudáveis e de qualidade de vida.

JA - Essa municipalização da água em Nova Iguaçu seria algo mais ou menos parecido com o que acontece em Niterói? A população teria condições de pagar esta municipalização da água em Nova Iguaçu? Uma mudança agora em Nova Iguaçu não seria colocar o carro na frente dos bois? No caso da Baixada, onde o sistema é integrado, é possível separar sem prejuízo para os outros municípios?

Lindberg Farias - Não há como afirmar isso agora, mas percebo, em diálogo com alguns prefeitos, que essa situação tem gerado vários constrangimentos para as administrações municipais, pois a demanda acaba parando na porta dos prefeitos. Acredito que esse processo será um pouco mais longo, mas será inevitável que as prefeituras passem a ter um comportamento mais pró-ativo em relação a essa questão. Acho que a definição quanto à situação da titularidade dos serviços irá acelerar essa discussão um pouco mais. Caso seja restabelecida a titularidade, as cidades da Baixada Fluminense tenderão a optar por uma saída regional, onde a criação de um consórcio municipal seria uma boa alternativa.

JA - Os técnicos da CEDAE estão conscientes de que a empresa precisa mudar e elaboram um novo modelo que prevê a participação mais direta e ativa dos prefeitos para fazer frente à proposta de cisão da companhia. O que acha deste modelo mais participativo?

Lindberg Farias - Gostaria de assinalar a importância da reestruturação da CEDAE. A empresa precisa se abrir para a participação dos prefeitos e da sociedade civil, construir um plano de investimentos que esteja adequado aos interesses das prefeituras da Baixada Fluminense.





Juiz quer saneamento NO CURRÍCULO ESCOLAR

Defesa da água como fonte de vida sensibiliza magistrado

Depois de ler a edição de março-abril do jornal da ASEAC, o juiz Federal do Trabalho José Saba Filho, titular da 42ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, encaminhou carta à ASEAC propondo à entidade que elabore um projeto de lei para ser encaminhado ao legislativo, propondo a inclusão do tema “água/saneamento básico” como matéria obrigatória de ensino desde a pré-escola.

O juiz manifestou sua preocupação pessoal com a questão do saneamento no Brasil, especialmente a água, cuja a ameaça de escassez se torna cada vez mais iminente. Para o magistrado, é fundamental que as crianças sejam conscientizadas e possam “chamar a atenção” de seus responsáveis, quando estes não estiverem tomando as cautelas adequadas no que se refere ao gasto necessário desta fonte de vida: a água.

A ÍNTEGRA DA CARTA ENVIADA PELO MAGISTRADO É A SEGUINTE:

“Início esta mensagem dando meus parabéns, seja em razão da apresentação do “jornal”, seja, mais ainda, em razão dos temas abordados e da excelente qualidade da abordagem.

Preocupa-me, sobremaneira, há mais de vinte e cinco anos, o problema da escassez de água potável, assim como a reduzida possibilidade de os mais desfavorecidos terem acesso a esta fonte indispensável a uma boa qualidade de vida.

Deixo uma sugestão: que o tema

água/saneamento básico seja introduzido como matéria obrigatória de ensino desde a pré-escola, para o que é importante que seja elaborado um projeto que viabilize isto.

Estou certo de que os senhores bem poderão viabilizar um projeto neste sentido, do mesmo modo que possuem representação e mobilidade mais do que suficientes para sensibilizarem as autoridades competentes.

Seria muito agradável que as crianças, conscientizadas, pudessem “chamar a atenção” de seus responsáveis, quando verificassem que os mesmos não estavam tomando as cautelas adequadas no que se refere ao gasto necessário desta fonte de vida: a água.

Resta-me pelo menos uma indagação: poderia ter início o proferimento de palestras de conscientização para os familiares dos empregados da CEDAE? Os empregados da CEDAE, todos, estão perfeitamente conscientizados, ou ainda há aqueles que lavam seus carros ou varrem as calçadas com água corrente?”

José Saba Filho
Juiz Federal do Trabalho,
titular da 42ª Vara do
Trabalho do Rio de Janeiro

